

Congresso não admite perder autonomia salarial

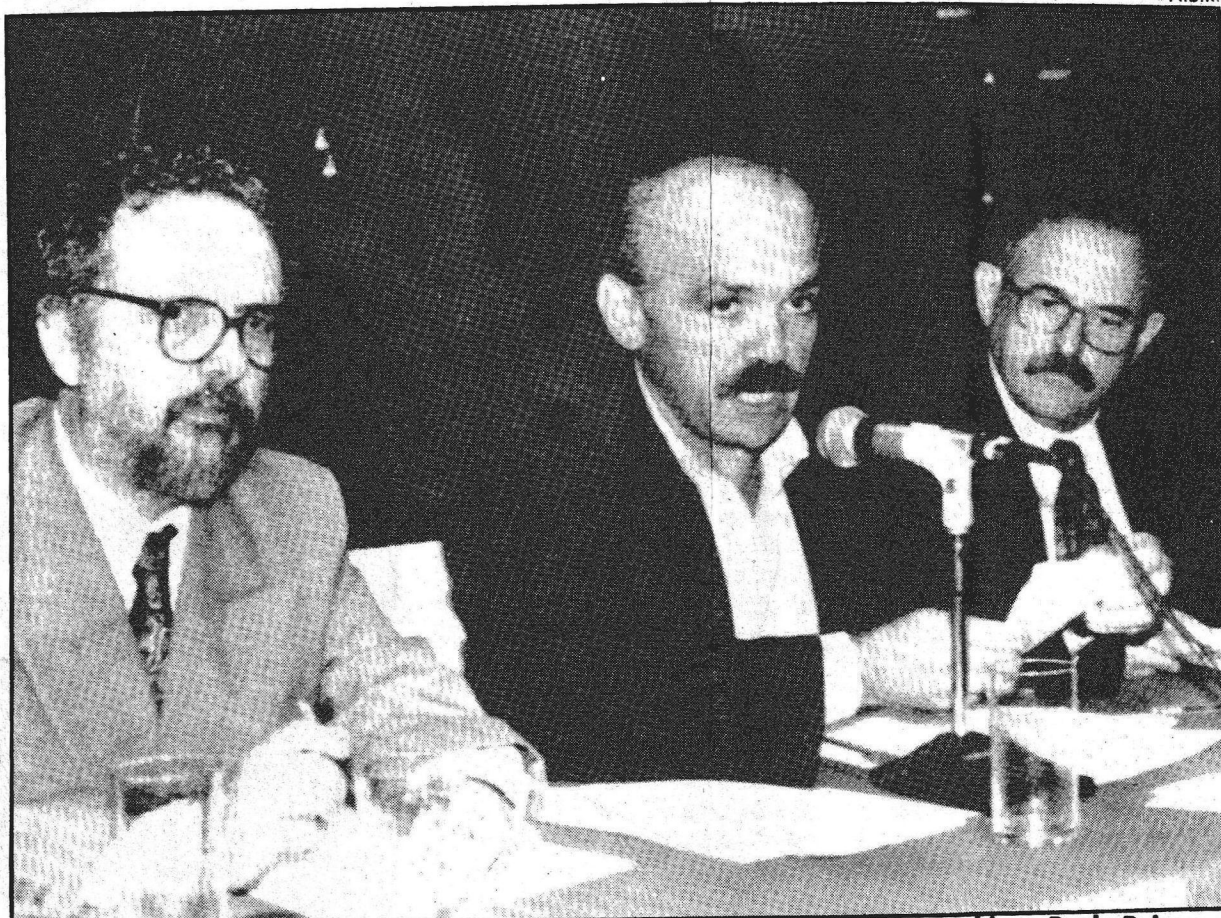
RENATA GIRALDI

As principais lideranças do Congresso reagiram contra a proposta do ministro da Administração e da Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, de extinguir a autonomia do Legislativo e do Judiciário para aumentar os seus salários. "Eu acho que a autonomia dos Poderes não pode ser tirada por uma simples declaração", afirmou o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE). O PMDB também não admite a alternativa apresentada pelo Governo. "É preciso que haja um entendimento", disse o líder peemedebista, Michel Temer (SP). Nem os tucanos reforçam a proposta governista. "É um assunto muito delicado e complexo, para ser discutido assim", desconversou o deputado Saulo Queiroz (MT).

Se a proposta do ministro Bresser Pereira for enviada ao Congresso irá esbarrar em uma campanha de resistência, liderada pelo PFL. "Os poderes são autônomos e cada um deve assumir a sua responsabilidade", defendeu Inocêncio. Ele prega uma relação harmônica e independente do Executivo, Judiciário

e do Legislativo, mas sem extinguir com autonomia de cada um. "O Executivo já é tão hipertrofiado, que qualquer diminuição de forças agrava esta situação", argumentou. Já o PMDB exige negociação antes de definir pelo fim da autonomia e o envio de uma emenda constitucional. "O entendimento é fundamental entre os Três Poderes, embora quem tenha a chave do cofre seja o Executivo", disse Temer. "Preferimos discutir apenas o que o Governo encaminhar", afirmou o tucano Saulo Queiroz.

Autonomia — Na proposta do Governo, segundo o ministro, só será permitido o aumento de salário e gratificação no Legislativo e no Judiciário como ocorre no Executivo, através de projetos de lei. Com esta alteração o Presidente da República passará a ter poder de veto, o que não existe atualmente. Pela lei vigente, o reajuste do Legislativo pode acontecer a partir de uma resolução interna, valendo para os salários dos parlamentares e dos servidores. No Judiciário, a situação é diferente: os tribunais têm direito de reajustar os seus salários, sem dever subordinação nem mesmo ao Supremo Tribunal Federal.



Medeiros debateu as reformas, na Força Sindical, com os ministros Stephanes, Jobim e Paulo Paiva